



VII Simpósio Nacional de História Cultural  
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,  
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**REPRESENTAÇÕES DA MACUMBA NO JORNAL ESTADO DE SÃO  
PAULO, 1930-1950**

Marcos Paulo Amorim dos Santos\*

Este artigo busca compreender os discursos intrínsecos à palavra macumba produzidos pelo Jornal O Estado de São Paulo entre as décadas de 1930 e 1950, período em que as religiões afro-brasileiras estão em processo de perseguição, consolidação dos ritos e práticas e, por fim, legalização. A escolha da palavra macumba em detrimento de outras palavras ou práticas se dá pela análise de Lisías Negrão (1996):

Os estigmas sociais contra o negro e sua religião e as renovadas acusações mais do que seculares de que foram vítimas culminaram com a atitude ao mesmo tempo de hostilidade e de medo que até hoje inspiram. É exemplar deste caso o vocábulo macumba: de termo genérico para todas as religiões brasileiras de origem negra, ou então de nominativo de uma delas em especial, a de origem banto, desenvolvida no sudeste do país, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro a partir de fins do século XIX, passa a ser vista depreciativamente como sinônimo de superstição de negro, como magia negra que se despreza e se teme a um só tempo.

Assim, partindo da análise de Roger Bastide, que via na macumba uma transformação do candomblé ou mesmo uma perda dos valores tradicionais ao culto dos orixás (BASTIDE, 1971, p.36), investigar-se-á a palavra e suas representações expressas no texto jornalístico do **Estado** como uma forma de objetivar uma prática e os discursos

\* Graduado em História. Especialização em Estudos Brasileiros: sociedade e cultura pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

sobre ela no período recortado. Deve se reconhecer, contudo, que não é o discurso de uma notícia que poderia, isoladamente, nortear conceitos e opiniões negativas sobre uma prática. Todavia, o periódico pode servir para a tentativa de reconstrução de práticas e praticantes em um contexto histórico marcado pela repressão a essas práticas e em contraste com a narrativa acadêmica sobre o mesmo tema.

Para dar cabo desse tema, pretende-se observar a histórica construção das religiões afro-brasileiras, a tradicionalização dessas práticas e, por fim, a ausência da macumba nesses debates. Paralelo a isso, observar-se-á os usos da imprensa como fonte e a própria estrutura do periódico no período recortado para a descrição dessas religiões; levando inevitavelmente a relações com a macumba – tendo em vista, que a maior parte das narrativas sobre religiões afro-brasileiras da fonte se relacionam com essa palavra.

### **RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS: BREVE ESBOÇO HISTÓRICO**

O longo processo histórico das religiões afro-brasileiras foi marcado não só pela ilegalidade, bem como pelo preconceito antes de serem reconhecidas, oficialmente, como práticas religiosas (Cf. NEGRÃO, 1998; PRANDI, 1991; SILVA, 1995; SILVA, 1998.). Uma das primeiras manifestações culturais negras em solo brasileiro, o candomblé, sobreviveu nos grandes latifúndios do interior do Brasil por meio de extensas adaptações e disfarces em uma aparente cristianização (PRANDI, 1991). Mais revelador que sua existência marginal, todavia, é o uso do candomblé pelos primeiros escravos na construção de novas linhas de parentesco, uma vez que o parentesco sanguíneo fora cortado no processo do Tráfico Atlântico (BASTIDE, 2005).

No século XX, apesar da pretensa laicização do Estado, característica primeira de uma república aos moldes positivistas (CARVALHO, 2007), o Código Penal de 1890 condenava práticas não cristãs e não científicas de cura, então consideradas crimes contra a saúde pública. No bojo dessa legislação, as religiões africanas (no texto de lei travestidas no termo "espiritismo") também foram influenciadas pelo imaginário popular, proibidas, e, portanto, novamente excluídas pelos aparelhos coercitivos do Estado (MAGGIE, 2009), conforme trecho do Código Penal reproduzido abaixo:

#### **CAPITULO III DOS CRIMES CONTRA A SAUDE PUBLICA**

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor,

inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica:

Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000. (BRASIL, 1891)

Se a República Velha já assistia a incorporação de antigos preconceitos no que concerne às religiões afro-brasileiras, a década de 1930 traz um recrudescimento ainda maior dessa legislação com base no caráter de exceção promovido pelas forças varguistas, como demonstra a análise de Lisias Negrão (1996):

Com a Revolução de 30 e especialmente com o advento do Estado Novo, que se pretendia moderno e que, em nome da modernidade, perseguia os “arcaísmos”, a repressão contra estas práticas mágicas e cultos sincréticos não só recrudesciu mas tornou-se particularmente dirigida contra os cultos de origem negra: nas portarias dos órgãos públicos responsáveis pela moralidade e segurança públicas, as ‘macumbas’ e os ‘candomblés’ são nominalmente citados como alvos das proibições, ao lado das genéricas práticas de ‘feitiçarias, necromancia, quiromancia e congêneres’. Dá-se início a um intenso combate contra eles, com a apreensão de objetos rituais e prisão de pais e filhos-de-santo e a instalação de inquéritos e processos em que foram enquadrados como réus. (NEGRÃO, 1996, pp.76-89)

A legalização de práticas religiosas não cristãs somente ocorrerá em 1939 (NEGRÃO, 1996), com o crescente incentivo a cultura afro-brasileira, influenciado por uma busca nacionalista, com o objetivo de inserção do povo em âmbito político (GOMES, 1988). Aliado a isso, a temática nacional se torna pauta no meio acadêmico com a fundação da Escola de Sociologia e Política (1933) e a Universidade de São Paulo (1934) – surgiam, nesse contexto, vários estudos e produções a fim de explicar o Brasil e suas práticas simbólicas – tendo as religiões afro-brasileiras espaço de destaque (PRANDI, 1991). O estudo dessas práticas (PRANDI, 1991) leva a diferença entre os próprios candomblecistas e umbandistas, trazendo uma maior aproximação com as Áfricas (Cf. DANTAS, 1988, p.15; PRANDI, Idem.), como os estudos de Pierre Verger, por exemplo. É justamente no interior dessa diferenciação, que a religião macumba poderia ter se afastado dessas religiões (BASTIDE, Op.Cit.), seja como faceta de outro ritual como Candomblés e Umbandas ou como rito próprio, em movimento análogo a legalização de terreiros e espaços religiosos. Pois, nesse período, enquanto o Candomblé fortificava seus laços com as Áfricas, a Umbanda se aproximava mais da filosofia cristã e também kardecista (NEGRÃO Op.Cit.). Tal ocaso entre as duas práticas legalizadas como religiões de matriz africana poderia ter relegado o conceito ou o rito macumba a uma

posição menor ou pejorativa dentre as demais religiões afro-brasileiras. Este afastamento pode ser percebido pela quantidade de terreiros e casas espíritas registrados nas décadas de 1940-1950 sem, contudo, menções a macumbas ou candomblés e umbandas (NEGRÃO Idem.). Essa exclusão pode ser evidenciada, além dos registros de terreiros, em publicações de imprensa cariocanos primórdios do século XX. Em João do Rio ([1906]2006), por exemplo, nota-se, claramente, uma conotação inferior atribuída por seu ouvinte a um cabinda ou macumba:

Eu estava atônito. Positivamente Antônio achava muito inferiores os cabindas.

- As iaôs?

- As filhas-de-santo macumbas ou cabindas chegam a ter uma porção de santos de cada vez. Sabe V.S<sup>a</sup>. o que cantam eles quando a iaô está em crise? [...]

Houve uma pausa e Antônio concluiu:

- Por um negro cabinda é que se compreende que africano foi escravo de branco. Cabinda é burro e sem vergonha! – disse, e voltou à narrativa da iniciação das iaôs.” (JOÃO & RODRIGUES, 2006, p.39-40)

O trecho acima e outros textos produzidos pela imprensa carioca e paulistana podem ser um indicio do extenso corolário religioso do Brasil nos primeiros anos do século XX e ainda revelar a desagregação das religiões afro-brasileiras, dados elementos internos, próprios da cosmogonia e externos ao rito, oriundos de questões sociais e identitárias (SILVA, 1995).

Muito embora a repressão orientada pelo Estado seja uma fonte salutar e possa orientar o discurso dos periódicos na conceituação negativa para a palavra macumba, fica evidente que existe, no e para além do “O Estado de São Paulo”, uma associação negativa a essa palavra; em outras palavras, o que classifico como uma “Cultura de Imprensa” na descrição desse ritual. Nesse sentido, a macumba, no caso, aparece como um “guarda-chuva” onde se abriga todas as religiões afro-brasileiras e associa-se a religiões pautadas no lucro, na violência e, principalmente, na disputa entre elas – categorias mobilizadas no intuito da construção de um texto orientado para uma manifestação de primitivismo, exotismo e, por consequência, da barbárie. Para análise desses discursos, escolhi observá-los pelo viés da impossibilidade de neutralidade dos discursos, aqui expresso por Roger CHARTIER (1988, p.17):

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que

tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações suspensas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Sem deixar de reconhecer que um estudo sobre os discursos da grande imprensa poderia deixar à margem práticas e costumes, procurarei contextualizar, principalmente, o lugar onde se coloca o texto, numa tentativa de desnaturalizar a associação negativa onde essas religiões notadamente se produzem, ainda contemporaneamente. Antes da análise dos textos do periódico, entretanto, considero pertinente ressaltar os usos da imprensa como um documento para o tratamento dessa questão e ainda as possibilidades e ineficiências presentes nessa análise.

#### **A IMPRENSA COMO FONTE: QUESTÕES METODOLÓGICAS PARA ANÁLISE DO TEMA EM UM JORNAL DA DÉCADA DE 1930 E SEGUINTE**

Não é necessário retroceder historicamente para reconhecer que a imprensa pode produzir significados políticos e ideológicos na sociedade em que ela está localizada e para quem ela se destina (D'Alessio, 2008, P.138). Essa premissa, tão evidente a qualquer análise contemporânea, serve como mote de análise para a ação do “Estado” na atribuição de um conceito à palavra macumba.

Para além da produção de conceitos sobre determinado tema, um periódico serve igualmente ao historiador para desmistificação de questões do cotidiano, conforme a análise de Márcia Mansor D'Alessio (2008) anteriormente citada:

Ao escolher a seção de notícias como fonte, o historiador obtém do jornal o cotidiano da vida social no momento de seu acontecer. Por isso mesmo, a informação obtida é fragmentada. Quem dá sentido aos fatos é o historiador, articulando a *curta duração* de sua eclosão às outras temporalidades da história. Este é um dos aspectos que distinguem a notícia da análise, o repórter, do articulista. O último produz uma interpretação, o primeiro se pretende fiel ao real (embora as reflexões metodológicas já tenham desmistificado essa crença, mas esta é outra discussão). (p.137, grifos da autora).

Ainda com base na análise da historiadora, o que está em jogo quando se analisa um periódico não é o real, mas “a cultura imposta às classes populares” (GINZBURG, 1987, p.18). Novamente em Ginzburg, a escolha pelas notícias do jornal “... permitem

circunscrever as possibilidades latentes de algo (a cultura popular) que nos chega através de documentos fragmentários e deformados provenientes quase todos de ‘arquivos da repressão’”. (Idem, p.28) A premissa do historiador italiano parece forçada se pensarmos que nenhum veículo de imprensa é, em si mesmo, produtor de repressão. Contudo, “O Estado de São Paulo” é um notório reproduzidor, desde sua fundação, da lógica repressiva que o Estado brasileiro, algumas vezes, se configurou – sobretudo em contextos de suspensão de liberdades individuais. Assim, mesmo que a violência contra essas práticas não tenham sido motivadas pela leitura do periódico (e não poderíamos atestar o contrário sem a devida anuência dos agentes de polícia ou seus superiores do período), os textos do jornal podem sim servir como “arquivos da repressão”, visto serem produzidos, principalmente, para leitores afinados com a diretriz do editorial.

Nesse pensamento, este texto interessa-se:

(...) pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação. Tal tarefa cruza-se, de maneira bastante evidente, com a da hermenêutica, quando se esforça por compreender como é que um texto pode ‘aplicar-se’ a situação do leitor, por outras palavras, como é que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência. (CHARTIER, 1988, p.26)

Além disso, o texto jornalístico pode colocar em discussão não só uma “... dicotomia cultural, mas, [...], circularidade, influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica...” (GINZBURG, 1987, p.26). Esta circularidade pode ser percebida principalmente entre o ocaso entre o fato e a produção da notícia (Cf. D’ALESSIO, 2008, p.101). No caso das “macumbas” citadas no **Estado**, temos ainda o agravante de elas serem notícias produzidas, na maioria das vezes, sem a citação da autoria; o que coloca em maior dúvida a veracidade do texto em relação ao acontecimento por ele narrado. Mais do que isso, as “macumbas” ou as religiões afro-brasileiras (se e quando tratadas por sinônimos) que foram objeto de apreensão do jornal, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1950 também estavam em processo de constituição e consolidando diferenças que levariam a definitiva separação entre Candomblés e Umbandas no final da década de 1950.

Portanto, o texto do noticiário não serve somente para referendar o discurso conservador com que as religiões afro-brasileiras foram tratadas pela grande imprensa, mas serve também para a observação de outro agente preponderante para a criminalização

social dessas religiões: o Estado pela ação repressiva da polícia. Nesse sentido, mais do que revelar tensões da sociedade de uma época, os trechos do jornal pesquisados servem para inferir a violência sofrida por religiosos das religiões afro-brasileiras, ao mesmo tempo, em que colocam uma discussão sobre os termos utilizados por imprensa e Estado para objetivar essa prática – servindo a uma reconstrução histórica de um conceito que, contemporaneamente, ainda carece de objetividade.

Colocadas estas questões, me proponho a analisar diretamente os conteúdos sobre macumbas produzidos no jornal “O Estado de São Paulo” entre as décadas de 1930 a 1950, deixando espaço para objetivação das categorias analíticas elencadas anteriormente.

### **O JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO E AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS**

Qualquer jornal deve ser lido à luz de seu tempo e ainda levando-se em conta seus leitores e as características próprias do seu editorial (Cf. D’ALESSIO, 2008). A escolha pelo **O Estado** para observação da palavra macumba se dá pelo tempo de existência do veículo e pelo recorrente trato excludente e estereotipado com que as religiões afro-brasileiras foram tratadas pelo periódico. Note-se o editorial publicado quando da morte da famosa Babalorixá Menininha do Gantois em 1987:

Diante do cortejo imenso e de importância política que presenças ilustresderam ao ato [o funeral], resta-nos raciocinar sobre o imenso esforço de educação que é necessário para que o Brasil se transforme numa nação moderna, em condições de competir com os maiores países do mundo. A importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado como a oitava maior economia do mundo, se o país ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais. (Apud. SILVA, 1995, p.19-20).

Por outro lado, uma análise das religiões afro-brasileiras em qualquer fonte deve estar orientada pela concepção de diferentes períodos dentro do período recortado: num primeiro momento, na década de 1930, existe a repressão indiscriminada a qualquer prática chamada macumba (nesse contexto qualquer religião afro-brasileira), ao passo em que, após 1939 - com a legalização dessas práticas - assistia-se a consolidação ritual de diferentes religiões e a diferenciação entre candomblés e umbandas; o que garante, por um lado, um possível rechaçamento a uma associação com a macumba. Inicialmente,

analisaremos algumas publicações do primeiro período dessa história. Note o texto de 1938 produzido pelo periódico em epígrafe:

Há uma casa de pretos na Travessa do Castello onde se pratica a liturgia gege-nagô, culto fetichista, cerimonia cheia de complicações e de mysterios, onde se evocam almas do outro mundo e são manipulados “despachos”, feitiços que, quando postos nas encruzilhadas dos caminhos, têm a propriedade de criar malefícios, modificar vontades, corrigir a linha sinuosa que dirige o destino dos homens. Chama o povo a esses nucleos de evocação e de magia onde o homem de cor, em geral, predomina cangêres, candomblés ou macumbas. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1938, p. 23).

O texto, produzido antes da legalização de práticas religiosas afro-brasileiras, permite circunscrever algumas características do pensamento sobre essas religiões e do viés do jornal para o tratamento do tema. Primeiro, a “... casa de pretos na Travessa do Castello” (Idem.) já coloca em xeque um forte determinante étnico na concepção do ritual. Na continuação da premissa, o autor afirma claramente uma prática que ele identifica como “gege-nagô”. Vagner Silva (p.86, 2005), por exemplo, afirma que alguns ritos iniciáticos das macumbas eram, de fato, herdeiros dessa liturgia. Deste ponto em diante, o texto se desenvolve em inúmeros postulados que demonstram a ignorância do autor em relação ao tema, bem como um discurso conservador e alheio às características litúrgicas dessas religiões. Palavras como “fetichista”, “malefícios”, “evocação”, “magia” só afastam qualquer relação desses cultos com o que se entende, ocidentalmente, como religião e ainda introjetam uma aura de primitivismo a essas práticas, visto que magia e religião possuem caráter diferente no pensamento ocidental. Por fim, segundo o trecho em discussão, na mesma casa se pratica ou se denomina “cangêres, candomblés ou macumbas” como sinônimos quando o divórcio entre essas práticas já começava a se cristalizar (Cf. NEGRÃO, 1996).

Se a característica negativa e de uma pretensa homogeneização se manifestava claramente quando o periódico se propunha a analisar o culto diretamente, as macumbas também eram usadas pelo jornal como uma metáfora negativa de atraso ou de artifícios escusos. Observe o editorial de 12 de agosto de 1934, analisando o esvaziamento do PRP (Partido Republicano Paulista) na política:

A mentalidade dos remanescentes do P. R. P – mentalidade provinciana de cabos eleitoraes – parou nesse conceito caudilhesco da política. O P. R. P não soube compreender que tudo mudára nos processos políticos do mundo. E ficou a mascar feitiçarias e macumbas, rondando os tumulos dos seus eleitores que ressuscitaram para votar, numa



concepção mortuária dos seus candomblés políticos, fora do seu tempo, longe da claridade solar, perdido numa época de trevas e obscurantismo. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1934, p.12).

Por mais que a macumba não seja tema da narrativa do trecho acima, ela é usada como um sinônimo para o primitivismo. Nesse sentido, a evocação narrativa à palavra pode corroborar para uma construção negativa sobre o tema em senso comum. Portanto, e por mais que não possamos associar o jornal a um produtor de discursos, não se pode diminuir sua influência na ratificação de um olhar pejorativo sobre as macumbas, seja diretamente ou como recurso literário.

Se na década e 1930 as macumbas no **Estado** se inserem em notícias pontuais, como recurso estilístico ou mesmo como difusor de tipos musicais; na década de 1940 o tom das notícias ganharia uma feição de claro combate a uma prática religiosa; um discurso quase que didático para os malefícios sociais das macumbas. Esta mudança pode ser objetivada no aumento de recorrências ao termo para além do noticiário policial do periódico, inclusive em assuntos políticos, conforme excertos da edição de 11 de novembro de 1948 abaixo transcritos:

#### Acusações ao Governo do Estado

Continuamos, a seguir, a publicar as acusações feitas ao governo do Estado pelo deputado Juvenal Sayon, através de uma seriè de discursos, iniciados após o pedido de cassação de seu mandato:

[...]

(Continuando a ler): - “que ele, declarante, recebida a consulta e o pedido para “respectivo trabalho” deveria esclarecê-la, dando-lhe orientação mais acertada a fim de que fosse ela bem sucedida nos seus “trabalhos”; que ela, Maria, fazia uns “trabalhos” junto ao governador [...] destinando-lhe cargo e posições de destaque no seu governo [...] a vidente perguntara ao declarante se, dada a situação política nacional, acreditava na possibilidade do afastamento do ministro da Justiça, o sr. Costa Neto, e isto porque ela vinha há algum tempo fazendo sucessivos trabalhos no sentido de seu afastamento a pedido do governador de São Paulo, sr. Ademar de Barros, com o qual havia estipulado uma remuneração razoavel de Cr\$ 300.000,00 (tresentos mil cruzeiros) caso o mesmo viesse a ser afastado do seu cargo em consequencia das macumbas realizadas”

Senhores. Eis como o governo de São Paulo realiza suas aspirações...  
(p.09)

É perceptível que, para o deputado, o uso de um “trabalho” para fins políticos deveria ser enquadrado como uma denúncia grave, ainda que não fique claro se o asco

está no uso do dinheiro público para a realização do “trabalho” ou a realização do “trabalho” para fins políticos. Aliás, é visível no trecho a repetição da palavra “trabalho” em inúmeras situações; isto pode representar o desconhecimento de um melhor nominativo para o ritual testemunhado pelo deputado, assim como pode colocar à vista uma estratégia retórica para escandalizar os ouvintes do depoente - visto que o jornal está reproduzindo o “discurso-denúncia” do parlamentar. A relação entre religiões não cristãs e política, largamente reproduzida no Brasil em diferentes períodos históricos, parece funcionar bem como um processo de denúncia. Afinal, uma denúncia desse mote poderia servir como um duro golpe de popularidade entre os leitores do governador do Estado, tendo-se em mente que os possíveis leitores da reportagem estão longe dessa prática ritual.

Enquanto na arena política as macumbas eram objeto de controvérsia, as demais publicações do periódico na década de 1940 tinham por objetivo exemplificar as diferenças da macumba com formas do espiritismo kardecista ou mesmo com outras práticas legalizadas. Na década de 1940, o discurso de “exploradores da credulidade pública” é frequentemente repetido, valorizando o trabalho de perseguição e repressão da Polícia de Costumes, uma ferramenta política diretamente ligada ao Presidente Vargas, localizada no interior do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os conceitos de modernização e brasilidade - motes principais da política do Estado Novo (Cf. GOMES, 1988) - permeiam as narrativas, como o trecho da edição de 03 de setembro de 1941 abaixo:

#### Sedução da Macumba

Todos os dias a polícia de costumes dá em cima do misterio das macumbas, desfasando a ilusão dos crentes com a dureza da lei. Todos os dias se desmancham esses antros pitorescos onde a esperteza explora a ingenuidade do povo que busca no desconhecido remedio para os males cotidianos na terra. [...]

A cidade [Rio de Janeiro] inteira vive no pavor do misterio adverso, no medo da fatalidade oculta no bolo das garrafas que os macumbeiros colocam, juntamente com outros tenebrosos ingredientes – quando os relógios marcam a hora fatídica da meia noite – em qualquer encruzilhada deserta... (p.04)

Para o autor, “azeite de dendê, animais mortos, farofas amarelas e garrafas sinistras” (Idem.), representariam uma temeridade para as pessoas de bem da sociedade carioca, visto que, ainda no mesmo texto, o artigo afirma categoricamente que a macumba é uma peculiaridade mais carioca que paulista. O texto em questão revela não somente

um preconceito e um temor imenso de uma prática que não possui adeptos entre as elites, como objetiva os usos acadêmicos do jornal para referendar seu argumento repressivo. Luis Martins remete-se a Artur Ramos e outros conhecidos autores para lamentar e minimizar seus estudos no que ele classifica de “cultos fetichistas” (Idem.).

Muito embora este represente um texto isolado, produzido em um período de intervenção do Estado nas publicações do veículo<sup>1</sup>, fica evidente que a legalização às religiões afro-brasileiras promulgadas pelo Presidente Vargas não constituiu um costume enraizado entre a sociedade brasileira. Mais do que isso, o texto da década de 1940 traz riqueza na diferenciação entre as regiões onde as macumbas teriam espaço de culto. Se compararmos o texto do mesmo periódico entre as décadas de 1930 e 1940, fica evidente que as macumbas descritas na década de 1940 trazem uma identificação muito maior com os “despachos” ou as oferendas deixadas nas encruzilhadas ou mesmo os malefícios à ordem que essa religião representaria (tanto em âmbito social ou político). Assim, mesmo que não seja o jornal um produtor isolado de uma conotação pejorativa sobre o tema, o imaginário contemporâneo de que as macumbas são práticas da rua encontram eco no produzido na década de 1940, diferente dos textos de 1930 que se referem a casas específicas desmanteladas pela Polícia de Costumes.

Portanto, é a controvérsia notada pelo análise de textos de um mesmo veículo de comunicação em um curto período cronológico que servem para a percepção de um problema presente à história dessas religiões: a confusão ritual feita pelo senso comum em que toda e qualquer prática religiosa afro-brasileira são formas de macumba.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem nesse caso fatores que teriam se conjugado para a negatização da macumba como prática religiosa ou como sinônimo a qualquer religião afro-brasileira. Primeiro, a própria relação com a magia e o sortilégio no Brasil desde nossa colonização, o uso descomprometido e, ao sabor das necessidades, com que sempre foram tratadas religiões ou práticas não cristãs (SOUZA, 1989, p. 250). Em segundo momento, o próprio cenário republicano da primeira metade do século XX, que tenta impor um

<sup>1</sup> Entre 1940 a 1945, o Jornal Estado de São Paulo sofreu intervenção direta do Estado Vargasista. O próprio veículo não reconhece a autoria das publicações do período. Mas disponibiliza o acervo para consulta pelo valor histórico, segundo informações do acervo depositado no sítio pesquisado.

pensamento científico e, supostamente, modernizador ao pensamento social brasileiro. No bojo desse pensamento científico, a inserção do espiritismo francês na segunda década do século XX – que ia de encontro aos anseios da elite em uma religião não associada a nenhum atraso oriundo da cultura popular. Insta também salientar que o último fator para essa associação negativa ocorre no interior das religiões afro-brasileiras. A partir da década de 1950, candomblecistas de partes diferentes do país começam a valorizar sua ligação com as Áfricas, negando assim aproximações com os cultos ameríndios.

Assim, e se considerarmos a descrição feita por Roger Bastide, tanto candomblé, como umbanda teriam negado sua proximidade com a macumba – uma vez que esta palavra, já na década de 1910 em outro periódico, se identificava a uma prática malévola ou inferior. Os textos do Jornal O Estado de São Paulo não são responsáveis pela criminalização dessa prática. Contudo, ao reproduzir por meio da reportagem a repressão orientada pelas forças policiais e políticas a essas religiões, o periódico se apresenta como mais um algoz à condenação social com que a macumba é tratada ainda contemporaneamente.

Quando afirmo existir nos trechos analisados uma “Cultura de Imprensa” no tratamento da macumba, noto que essa reprodução quase que sinonímica de barbárie e atraso não varia; independente do período analisado. Por fim, urge ressaltar que o periódico não é capaz de responder a todas as questões quando tratamos de um objeto tão rico e complexo. Resta esclarecer ainda os usos da palavra no texto policial e suas relações com o significado construído dentro e fora da imprensa.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações**. São Paulo (SP): Pioneira, 1971.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na Era Vargas**. 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **A História cultural: entre prática e representações.** Castelo Branco (Portugal): DIFEL, 1988.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. **Imprensa, história, historiografia:** algumas observações. In: BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tania Regina; FERREIRA, Antonio Celso (Orgs.). **Historiador e seu tempo: encontros com a história.** São Paulo: Editora Unesp: ANPUH, 2008.

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice; IUPERJ, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JOÃO DO RIO & RODRIGUES, João Carlos. **As religiões do Rio.** Rio de Janeiro: José Olympo, 2006.

MAGGIE, Yvonne. **O Arsenal da Macumba.** Disponível em: <http://raizafricana.wordpress.com/2009/12/16/o-arsenal-da-macumba-por-yvonne-maggie/>. Acesso em: 02/07/2013.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** 3 ed., Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2009.

NEGRÃO, Lísias. Magia e religião na Umbanda. São Paulo: Revista USP nº: 31, 1996, pp.76-89. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/31/07-lisias.pdf>. Acesso: 25/09/2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Página das edições de: 12/08/1934; 04/03/1938 e 03/09/1941. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>.

PILAGALLO, Oscar. **História da Imprensa Paulista: Jornalismo e poder de D.Pedro I a Dilma.** São Paulo: Três estrelas, 2012.

PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo: a velha magia na metrópole nova.** São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Orixás na Metrópole.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na Antiga Costa dos Escravos, na África.** 2. ed. São Paulo (SP) : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.